

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

- ALEXANDRE SIUFFO SCHNEIDER – Reclamação. Rio de Janeiro. Espólio de Holophermes de Castro, Lydia Teixeira de Castro e Pasquale Mauro 417
- ALEXANDRE SANTOS ARAGÃO - Direito Administrativo Societário – Uma Introdução 509
- ALINE PAOLA CAMARA DE ALMEIDA - Sistema de Registros de Preços no Estado do Rio de Janeiro 31
- ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA - Desapropriações e Remoções na Implantação de Projetos de Infraestrutura: entre Avanços e Oportunidades Perdidas 70
- _____ Direito administrativo. Exame de minuta de decreto que visa a estabelecer a dispensa temporária de aplicação de sanções e autorizar repasses de parcelas em atraso no âmbito de convênios e parcerias firmados pela administração pública estadual. Mora do Estado nos repasses devidos. Descumprimento dos requisitos de habilitação pelas entidades em razão da mora estadual. Medida de caráter transitório. Atividades essenciais. Prestação de serviços à população carente. Razoabilidade. Decretos Estaduais nº 31.896/2001 e 43.067/2011. Considerações. Parecer nº 105/16 /ASJUR/SEASDH – ACMP 398

B

- BRUNO TERRA DE MORAES – O Papel da Autonomia Privada nas Internações não Consensuais de Dependentes Químicos..... 95

C

- CHRISTIANO DE OLIVEIRA TAVEIRA - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Promoção. Lei de Responsabilidade Fiscal. Direito subjetivo do militar mediante ato vinculado ou dependente de critério de oportunidade do administrador. Atendimento a questionamentos da Procuradoria Geral do Estado. Parecer nº 200/17 – SEDEC/ASSEJUR – SFT 390

D

- DIOGO CAMPOS MEDINA MAIA - O Processo Coletivo e a Coletivização do Processo no Código de Processo Civil de 2015 447

E

- EDSON FACHIN - Recurso Extraordinário - Repercussão Geral- Cobrança de mensalidade em curso de pós-graduação lato sensu por instituição pública de ensino - Curso de Especialização – Possibilidade - Ofensa ao princípio da gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais – Inocorrência - Provimento do recurso - Segurança pleiteada denegada..... 408
- EDUARDO J. COUTURE - Os Mandamentos do Advogado 611
- ELIAS GAZAL - O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do Novo Código de Processo Civil de 2015 122
- _____ Gestão do Contencioso na Esfera Pública: como Lidar com Demandas de Massa e outras Transformações 525

F

- FÁBIO SANTOS MACEDO – Manifestação na representação de inconstitucionalidade no proc. nº 0019641.76.2017.8.19.0000. Lei Municipal de Maricá. Alteração dos limites do refúgio de vida silvestre municipal das serras de Maricá 428
- FLÁVIO AMARAL GARCIA - PL Nº 1650/2016 – Obriga as empresas prestadoras de serviço a, previamente, informarem aos consumidores dados dos funcionários que executarão os serviços demandados em suas residências ou sedes. Autoria: Deputada Lucinha. Projeto de lei – Constitucionalidade. Competência concorrente estadual para legislar sobre consumo – Art. 24, incisos V e VIII da CRFB. Ausência de óbices à sanção. Parecer nº 15/17 – FAG..... 373
- FLÁVIO LESSA BERALDO MAGALHÃES - Lei de Responsabilidade Fiscal. Parecer Nº 01/2016-CGRYN. Não aplicação ÀS empresas estatais não dependentes. Conceito do artigo 2º, III, da LC 101/2000. Necessária apuração da situação fática atual da CEDAE quanto ao recebimento de recursos do Estado para custeio e investimentos. Parecer nº 01/17 – FLBM 378

G

- GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA - Controle de Legalidade: qual o Espaço para Soluções Consensuais 545
- GUILHERME SALGUEIRO PACHECO DE AGUIAR - Honorários de Sucumbências no CPC/2015 e Fazenda Pública: o Importante Papel do Advogado Público no Exercício do Controle Interno da Administração..... 147

GUSTAVO MUNIZ DA SILVA - A Regra da Proporcionalidade Aplicada à Propriedade
Intelectual: uma Ponderação de Interesses Fundamentais 285

GUSTAVO TEPEDINO - Concretização dos Princípios Constitucionais: qual o Papel
da Advocacia 560

H

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO - Tutela Antecipada Antecedente e sua
Estabilização: um Panorama das Principais Questões Controvertidas 471

J

JOSE ROBERTO SOTERO DE MELLO PORTO - Tutela Antecipada Antecedente e sua
Estabilização: um Panorama das Principais Questões Controvertidas 471

L

LAURITA VAZ – Agravo Interno na Suspensão de Liminar e de Sentença – Discussão
de questões referentes ao mérito da causa principal – Impossibilidade - Via
suspensiva vocacionada a tutelar apenas a ordem, a economia, a segurança
e a saúde pública – Grave lesão à ordem pública configurada - Presunção
de legitimidade do ato administrativo. Agravo interno desprovido 410

LEONARDO ESPÍNDOLA – Apresentação 27

LEONARDO BARIFOUSE - Integração e Fragmentação no Cadastro Ambiental Rural
(CAR) 166

LUÍS ROBERTO BARROSO - A Revolução do Novo – a Transformação do Mundo:
Política, Economia e Valores Éticos no Início do Milênio 181

_____ *Ética e Jeitinho Brasileiro: por que a Gente é Assim?* 196

M

MAURINE MORGAN PIMENTEL DE OLIVEIRA - A Veiculação de Publicidade e o Conflito
de Competência entre o ISS e o ICMS – Comunicação: Notas Sobre a LC
157/2016 204

R

RICARDO PEREIRA LIRA - A Ocasio Legis do Código Civil de 1916 e a Ocasio Legis do Código Civil de 2002.....	243
____ O Compromisso Social da Advocacia Pública.....	580
RODRIGO DE ALMEIDA TÁVORA - Termo de convênio entre entes públicos. Regime de cooperação. Inexistência de dispêndio financeiro direto ou repasses financeiros por órgãos e entidades da administração pública do Estado do Rio de Janeiro. Aplicação subsidiária do Decreto n.º 44.879/2014. Possibilidade de aplicação de minuta reiteradamente analisada por órgão de assessoramento jurídico à hipótese que revele os mesmos pressupostos fático-jurídicos. Análise da situação concreta. Observância, em qualquer caso, do preceito estabelecido no art.38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93. Parecer nº 13/16 – RAT.....	382
RODRIGO TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS - PL N.º 699/2015 – Dispõe sobre a vedação às agências bancárias de disponibilizarem empréstimo financeiro aos idosos nos terminais de autoatendimento do Estado do Rio de Janeiro. Autoria: Deputado Jorge Picciani. Disposição sobre empréstimos. Violação da competência privativa da União para legislar sobre direito mercantil. Medida desproporcionalmente protetiva, violação do princípio da proporcionalidade. Parecer nº 06/16 - RTAM	376

S

SÉRGIO NELSON MANNHEIMER - Clausula Compromissória em Contratos Públicos: Quando Utilizá-la	590
---	-----

T

TATIANA SIMÕES DOS SANTOS - Negócios Processuais Envolvendo a Fazenda Pública.....	487
THAMAR CAVALIERI - Imparcialidade na Arbitragem.....	312

V

VICTOR AGUIAR DE CARVALHO - Restrições à Concorrência em Contratações Públicas: uma Preocupação Global	256
VICTOR FARJALLA - Reflexões sobre o Impacto do Novo Código de Processo Civil no Sistema Processual Trabalhista	500
	269